

# Lei Ordinária nº 1153/2000

# Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2001, e dá outras providências.

ERALDO HOLOSBACK ALVES AZAMBUJA, Prefeito Municipal de Camapuã: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 21 de dezembro de 2000

#### I - DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Camapuã para o exercício financeiro de 2001, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta.

#### II - DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 2º O conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 13.974.900,00 (treze milhões, novecentos e setenta e quatro mil e novecentos reais).

Art. 3º A receita decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00

	FISCAL SEG	URIDADE	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	9.207.700	150.000	9.357.700
. Receita Tributária	1.084.100	-	1.084.100
. Receita Patrimonial	6.700	-	6.700
. Receitas de Contribuição	-	150.000	150.000
. Transferências Correntes	8.116.100	-	8.116.100

. Outras Receitas Correntes	800	-	800
-----------------------------	-----	---	-----

RECEITA TOTAL	13.824.900	150.000	13 .974.900
. Outras Receitas de Capital	200	0	200
. Transferências de Capital	4.617.000	0	4.617.000
RECEITAS DE CAPITA	4.617.200	-	4.617.200

Art. 4º A despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, fixado o orçamento fiscal em R\$ 11.661.300,00 (onze milhões, seiscentos e sessenta e um mil e trezentos reais) e o orçamento da seguridade social em R\$ 2.313.600,00 (dois milhões trezentos e treze mil e seiscentos reais).

Art. 5º A despesa do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observada a programação constante dos quadros anexos a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00

#### **DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA**

	FISCAL SEG	URIDADE	TOTAL
Despesas Correntes	6.901.200	2.054.500	8.955.700
Despesas de Capital	4.672.900	259.100	4.932.000
Reserva de Contingência	87.000	0	87.200
TOTAL	11.661.200	2.313.600	13.974.900

R\$ 1,00

### **DESPESA POR ÓRGÃO**

	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
PODER LEGISLATIVO			
Câmara Municipal	588.0	00 _	588.000
PODER EXECUTIVO			
Gabinete do Prefeito	444.2	200 -	444.200

Guarda Municipal de Camapuã 27.000 - 27.000

Secretaria Municipal de Administração 1.653.500 70.400 1.723.900

Secretaria Municipal de Finanças 676.700 - 676.700

Secretaria Municipal de Assistência

Social - 898.100 898.100

Secretaria Municipal de Educação,

Cultura e Esporte 3.310.600 - 3.310.600

Secretaria Municipal de Obras e

Serviços Públicos 4.874.100 - 4.874.100

Secretaria Municipal de Saúde - 1.345.100 1.345.100

SUBTOTAL 11.574.100 2.313.600 13.887.700

Reserva de Contingência 87.200 - 87.200

TOTAL 11.661.300 2.313.6004 13.974.900

#### III - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite fixado na Constituição Federal e Legislação Complementar.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2001, a abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa constante dos orçamentos que integram essa Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a IV, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Para atualização dos orçamentos dos Poderes Municipais, fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao orçamento com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da receita e excluídos do limite de que trata o artigo anterior.

Art. $9^{\circ}$ Ficam alteradas as ações constantes do Plano Plurianual em decorrência das alterações desta Lei.
Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 21 de dezembro de 2000.

## **JALBA BARBOSA BATISTA**

Presidente da Câmara Municipal de Camapuã

em exercício